



## MR 009. Desafios Profissionais para Antropólogos em seus Campos de Atuação: relatos de casos na Amazonia.

Marcos Silveira (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA) - Coordenador/a, Patricia Carvalho Rosa (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá) - Participante, Hugo Ferreira Netto Loss (IBAMA) - Participante, Walter Alves Coutinho Junior (Ministério Público Federal - MPF) - Participante, João Francisco Kleba Lisboa (Universidade Federal do Paraná) - Debatedor/a

Cresce o número de antropólogos/os que se vê diante de novas situações profissionais, especialmente fora da universidade, na qual são levados a atuar não apenas como etnógrafos/os, mas como agentes de mediação, para a qual a forma em pesquisa etnográfica continua fundamental, contudo desempenhando novos papéis, inclusive diante dos interlocutores consagrados da antropologia, índios, ribeirinhos, quilombolas. Nesta mesa, propomos ouvir e discutir a experiência de três profissionais que atuam na região Amazônica, no MPF, no IBAMA e no Instituto de pesquisa Mamirauá, para termos uma visão ampla dos desafios que encontram atuando como técnicos, gestores e pesquisadores no âmbito das demandas que estes órgãos procuram atender. Está em jogo não apenas a forma de lidar com estas alteridades e suas realidades heterogêneas, mas em experiências profissionais que mobilizam a forma em antropologia para outras direções, exigindo que a própria forma profissional seja repensada.

### OS Pardo-Mestiços da Nação: novas identidades "étnico-raciais" no Amazonas

**Autoria:** Walter Alves Coutinho Junior

NA ÚLTIMA DÉCADA, O MOVIMENTO PARDO-MESTIÇO BRASILEIRO RECORREU AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DENUNCIANDO SUPOSTOS ATOS DE DISCRIMINAÇÃO POR PARTE DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. APÓS OBTER O RECONHECIMENTO DOS MESTIÇOS E DOS CABOCLOS COMO GRUPOS "ÉTNICO-RACIAIS" POR MEIO DE LEIS APROVADAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO AMAZONAS E DO MUNICÍPIO DE MANAUS, EM 2006 E 2007, O MOVIMENTO PARDO-MESTIÇO PASSOU A MILITAR CONTRA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS ASSOCIADOS A POLÍTICAS AFIRMATIVAS EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO NEGRA E À DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARA OS POVOS INDÍGENAS. A EXPOSIÇÃO BUSCA REFLETIR SOBRE O PAPEL DO ANTROPÓLOGO E DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FACE AS IMPLICAÇÕES DA REIVINDICAÇÃO POR RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E AÇÕES (ANTI-)DISTRIBUTIVAS LEVADAS A EFEITO PELA ASSOCIAÇÃO CIVIL REPRESENTATIVA DOS MESTIÇOS

### Quando a participação é de dupla afetação: pesquisa e engajamentos na prática antropológica.

**Autoria:** Patricia Carvalho Rosa

Atuar no contexto de apoio à gestão de Áreas Protegidas no médio Solimões tendo a pesquisa como instrumento propositivo para pensar formas compartilhadas de manejo territorial e ambiental entre indígenas e ribeirinhos impõe vários desafios intelectuais, políticos e técnicos às antropólogas e seus pares. Um deles orbita em torno das ambiguidades administrativo-legais e as implicações sobre a atuação de agências indigenistas, socioambientais e acadêmicas. Outro deles envolve a produção de espaços de discussões



abrigando as cosmopolíticas desses atores como referentes conceituais. Seguindo o mesmo princípio de equivalência, trago experiências para pensarmos no desafio de relacionar a linguagem jurídica da participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas formulações e na gestão das políticas públicas que os afetam e a participação (Favret-Saad) da etnógrafa nesse espaço de disputas.

### **Tentativas de reconciliação entre a antropologia e o Estado: mediações na avaliação de impactos ambientais da UHE Belo Monte**

**Autoria:** Hugo Ferreira Netto Loss

Pretende-se expor conflitos gerados ao se trabalhar como antropólogo fora do meio acadêmico, sob o ponto de vista de um antropólogo e analista ambiental do IBAMA em Altamira-PA, na ebulição da UHE Belo Monte. As possibilidades que se abrem ao estudante de antropologia dentro da academia contemplam preponderantemente a promessa de que a carreira acadêmica é a principal alternativa após a formação. Desacreditar dessa promessa é um processo de dissidência do grupo, que tem implicações. Fora do meio acadêmico, força-se à readequação prática do conhecimento antropológico. Dialogando com interlocutores que não partilham dos mesmos códigos, a readequação do conhecimento ocorre com a adaptação do sujeito num contexto distinto daquele onde conhecimento foi estruturado, quando a linguagem e expressões devem ser revisitadas desde a sua origem para que façam sentido num meio descontextualizado.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

